

O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa.

JOÃO PIMENTA¹ MUSEU MUNICIPAL VILA FRANCA DE XIRA/UNIARQ

ALEXANDRA GASPAR² DGPC

ANA GOMES³ DGPC

NUNO MOTA⁴ CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA (CAL-DPC-CML)

PEDRO MIRANDA⁵ CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA (CAL-DPC-CML)

Resumo:

Com o presente trabalho pretende-se trazer a público dados inéditos de grande relevância para o conhecimento do início da presença romana no Vale do Tejo.

As primeiras evidências da relevância científica e patrimonial dos edifícios Lote 40 (n.º 16-20) do Beco do Forno surgiram no ano de 2000, na sequência da escavação arqueológica por parte da equipa de arqueologia do então IPPAR. Decorre desta ação, a descoberta da evidência de estruturas preservadas de um edifício de época romana republicana que urgia investigar. Apenas em 2003/2004 se reuniram as condições para intervir no espaço correspondente ao edifício do período republicano.

No ano de 2010, os arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa realizaram uma intervenção de emergência, após o colapso de um muro de contenção que confinava com a propriedade adjacente, desenvolvendo o trabalho de escavação naquela área.

O somatório destas intervenções resultou na identificação de contextos e estrutura de Época Romana Republicana que agora se apresentam em conjunto.

Summary:

The present paper aims to bring to the public unpublished data of great relevance for the understanding of early Roman presence in the Tagus Valley.

The first evidence of the scientific significance of the buildings n.º 16-20 of Beco do Forno emerged in 2000, following the archaeological dig by the archeology team of the IPPAR.

Follows from this action, the discovery of preserved structures corresponding to a building dated from Roman Republican.

In 2010, archaeologists from the Lisbon City Council held an emergency intervention, after the collapse of a retaining wall that bordered upon the adjacent property, developing the work of excavation in that area.

The sum of these interventions resulted in the identification of contexts and structure of Roman Period Republican that now are presented together.

Introdução:

A intervenção arqueológica realizada no Lote 40 do Beco do Forno do Castelo de Lisboa, (edifícios n.º 16-20), é um caso exemplar, dos paradigmas metodológicos e conceptuais com que muitas vezes a arqueologia urbana nos confronta.

As primeiras evidências da relevância científica e patrimonial, deste espaço, surgiram no ano de 2000, na sequência da escavação arqueológica por parte da equipa de arqueologia do então IPPAR, dirigida por duas das signatárias, (A.G. e A.G.), motivada pelo projeto de reabilitação urbana da área da freguesia de Santa Cruz do Castelo, Projeto Integrado do Castelo (PIC).

Decorre desta ação, a descoberta da evidência de estruturas preservadas de um edifício de época romana republicana que urgia investigar.

Porém, as condicionantes do projeto de engenharia a implementar assim como questões inerentes de segurança dos trabalhos, impediram durante largos anos a sua realização.

Apenas em 2003/2004 se reuniram as condições para intervir no espaço correspondente ao edifício do período republicano, tendo então sido possível escavar parte do compartimento, pois o restante desenvolvia-se para um edifício contíguo que se encontrava profundamente aterrado e cuja cota de pavimento se erguia a mais de seis metros acima da área onde nos encontrávamos a escavar.

No ano de 2010, os arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa (N.M. e P.M.) realizaram uma intervenção de emergência, após o colapso de um muro de contenção que confinava com a propriedade adjacente, desenvolvendo o trabalho de escavação naquela área.

O somatório destas intervenções resultou na identificação de uma série de vestígios arqueológicos de Época Moderna e Medieval, de entre os quais sobressai a identificação de um conjunto de silos que corresponde a uma área de armazenagem do Castelo utilizada desde época islâmica até ao século XV/XVI, mas também de contextos e estrutura de Época Romana Republicana que agora se apresentam em conjunto.



Figura 1
Localização dos
edifícios Lote 40 do
Beco do Forno da
Freguesia de Santa
Cruz do Castelo na
planta de Lisboa.

Figura 2
 Planta do edifício Lote 40 do Beco do Forno, com a localização das diversas áreas intervencionadas. Assim como a diferenciação das mesmas por ano de escavação. A amarelo vala ilegal prévia à escavação. A cinzento claro área intervencionada em 2003/2004. A cinzento-escuro área intervencionada em 2010.

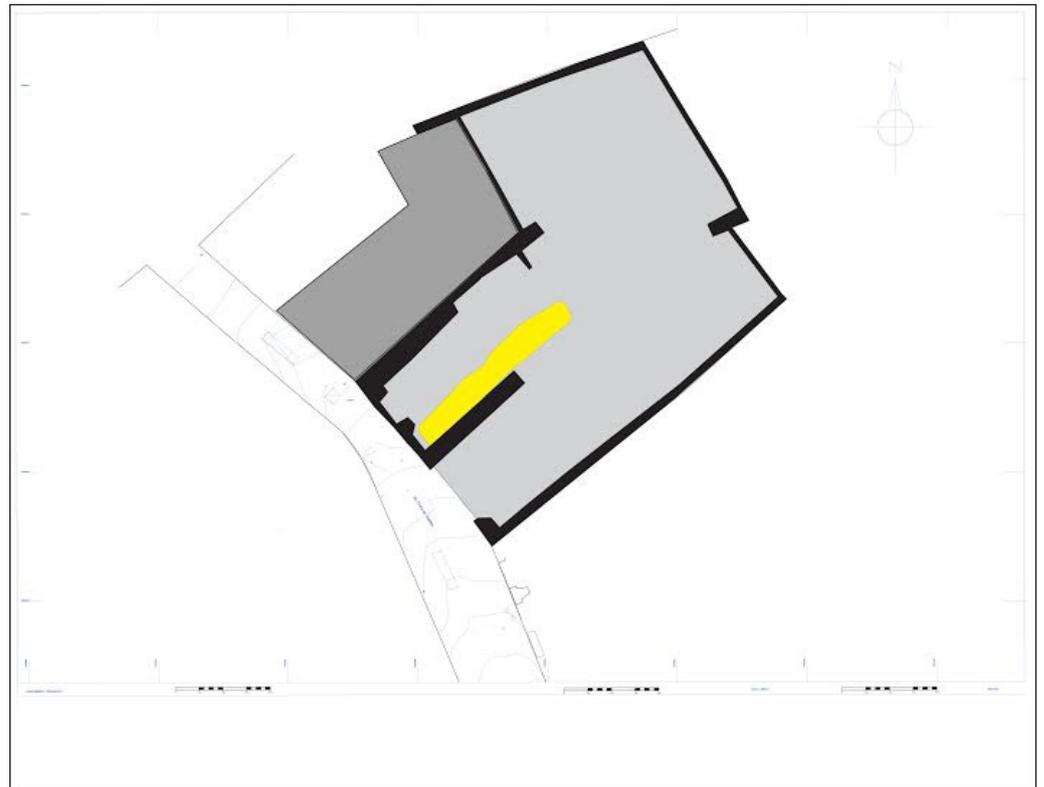


Figura 3
 Planta da área escavada em 2003/2004.



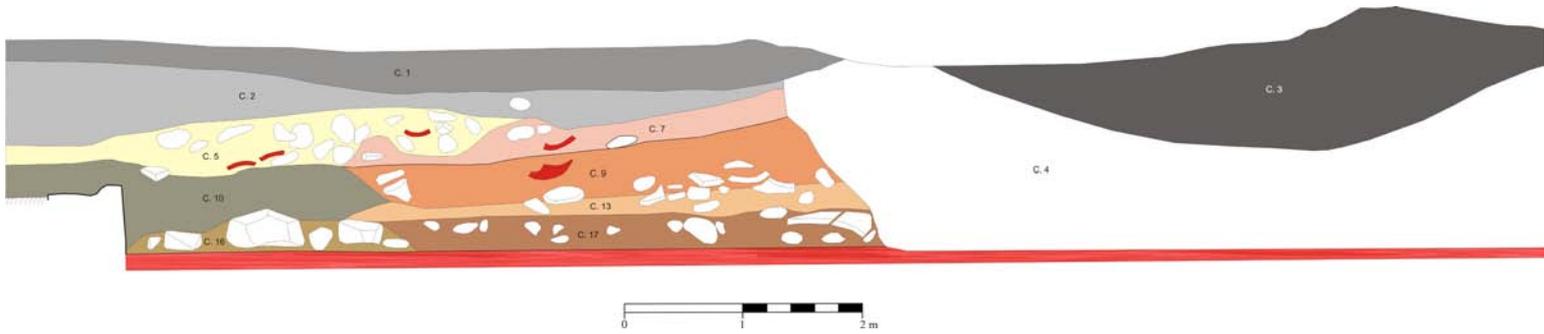


Figura 4
Perfil norte da
área escavada em
2003/2004.

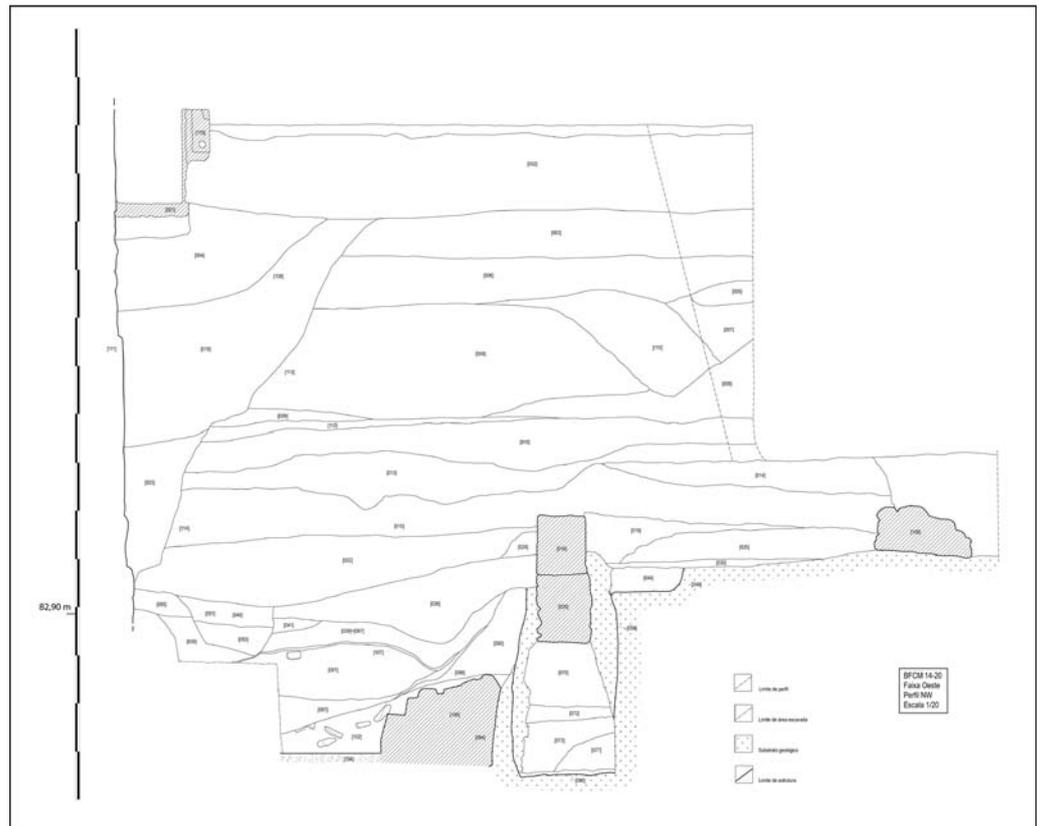


Figura 5
Perfil norte da área
escavada em 2010.

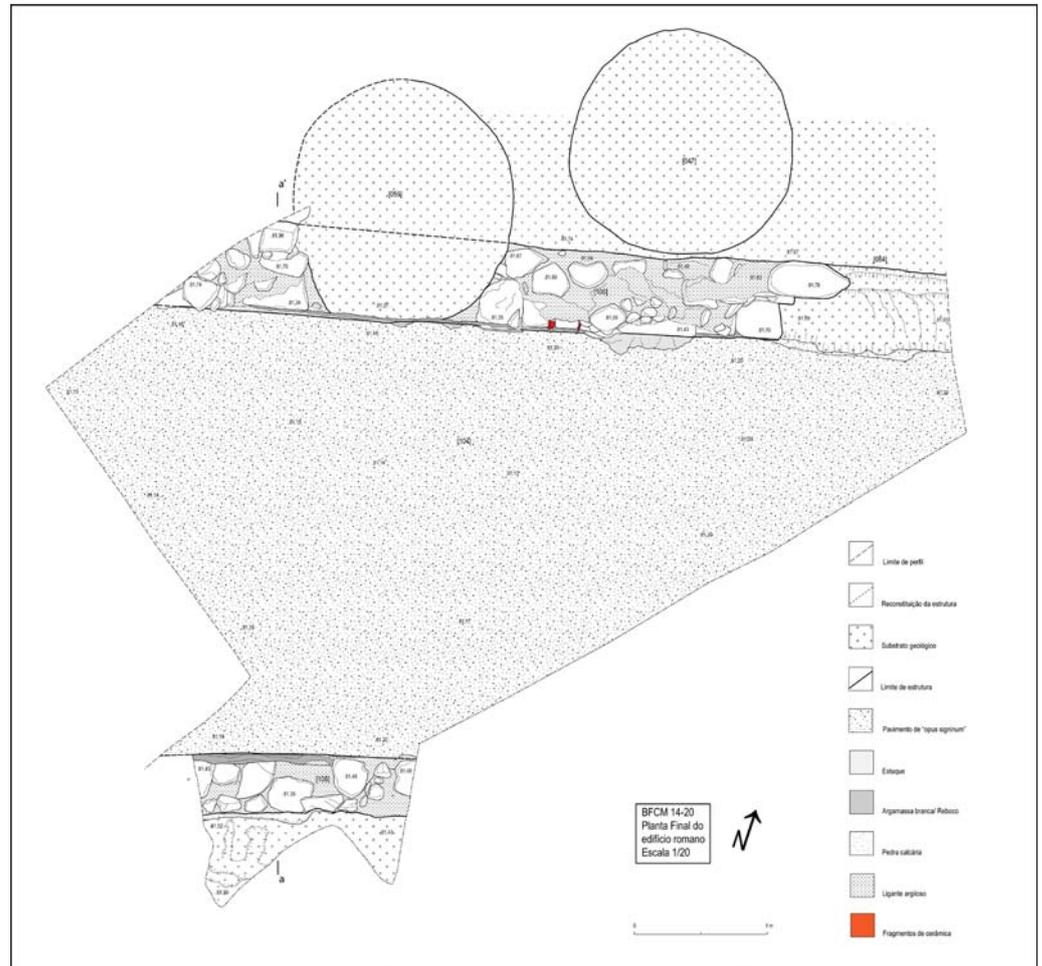


Figura 6
Planta da área
escavada em 2010.

1. O edifício republicano

Como referimos, data do ano 2000, a constatação da relevância científica e patrimonial deste espaço. Esta decorre, da abertura ilegal de uma vala, no interior de um edifício a recuperar no âmbito do PIC. Ao verificar-se esta situação, a equipa de arqueologia no terreno apurou que esta vala cortou uma série de realidades arqueológicas, entre as quais se destaca um edifício de cronologia romana republicana que urgia investigar.

Tendo em conta a análise da sequência estratigráfica, efetuada nas duas campanhas de escavação, verifica-se que toda a área do edifício do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 encontrava-se profundamente afetada pela construção de estruturas negativas em época medieval, sobretudo silos. Esta situação dificulta e muito, as leituras horizontais, para épocas pretéritas.

Apenas nas zonas com cotas de construção inferiores, correspondentes à área mais próxima da rua actual, os vestígios estruturais anteriores ao período medieval se conservaram. Contudo, mesmo neste sector esta dinâmica de desconstrução encontra-se atestada por uma profunda vala de roubo de pedra datada do período islâmico (ver fig. 4, Camada 3 e 4). As evidências estruturais do período romano republicano correspondem a parte de um edifício necessariamente mais amplo, o qual denota uma total rotura com as técnicas de construção do mundo indígena da Idade do Ferro.

O compartimento identificado apresenta uma planta retangular, embora tendencialmente trapezoidal, com 6,80 m de comprimento mínimo por 3,30 m de largura média. Não tendo sido possível identificar a sua extremidade oeste, devendo esta prolongar-se, pelo menos parcialmente, sob a atual artéria do Beco do Forno (ver figura 8), embora na intervenção arqueológica aí realizada não tenha sido possível identificar vestígios do edifício.

A nível de implantação, verifica-se que a sua construção implicou a escavação do substrato geológico calcário em todos os seus lados, assim como o corte de níveis e estruturas anteriores datados da Idade do Ferro. Essa situação é melhor visível no seu limite norte, onde este se encontra encostado em pelo menos 1,30 metros de altura, de encontro a esse mesmo substrato. É assim claro que estaríamos perante um compartimento parcialmente soterrado, sendo aliás esta circunstância que permitiu a sua sobrevivência até aos nossos dias (ver figura 14).

A sua orientação implanta-se grosso-modo de acordo com os pontos cardiais, verificando-se um alinhamento Este-Oeste.

Não deixa de ser pertinente sublinhar que a construção deste edifício corta um pavimento de argila vermelha compactada e um soco de parede em pedra seca, correspondendo ao urbanismo indígena da Idade do Ferro. Tendo em conta os elementos recolhidos parece tratar-se neste caso de uma habitação.

Como referimos, as técnicas de construção, evidenciam igualmente um claro contraste com o que conhecemos do urbanismo indígena. Este contraste evidencia-se na forma de construir, assim como nas novas técnicas e acabamentos, tais como, na utilização de argamassas enquanto revestimento parietal e pavimentos de cariz impermeabilizante.



Figura 7
Planta final da área escavada, com o resultado de ambas as intervenções.



Figura 8
Planta esquemática do edifício romano republicano. A vermelho muros preservados a cinzento reconstituição plausível.



Figura 9
Fotografia geral da
área intervencionada
em 2003/2004.



Figura 10
Pormenor da área
intervencionada em
2003/2004.



Figura 11
Pormenor da área
intervencionada em
2003/2004.



Figura 12
Fotografia da área
intervencionada em
2010.

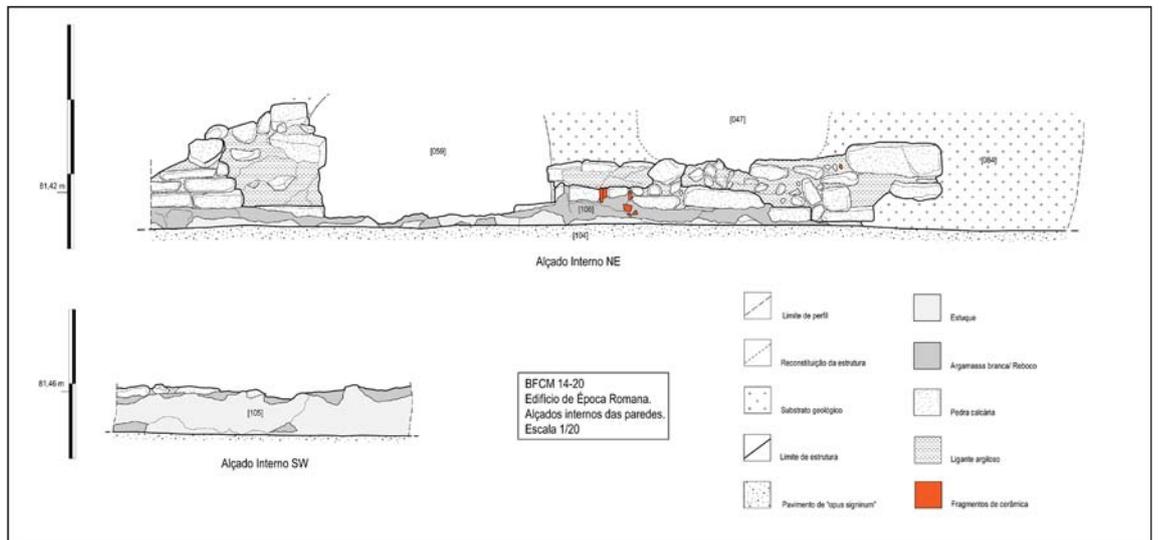


Figura 13
Alçado norte edifício romano republicano.

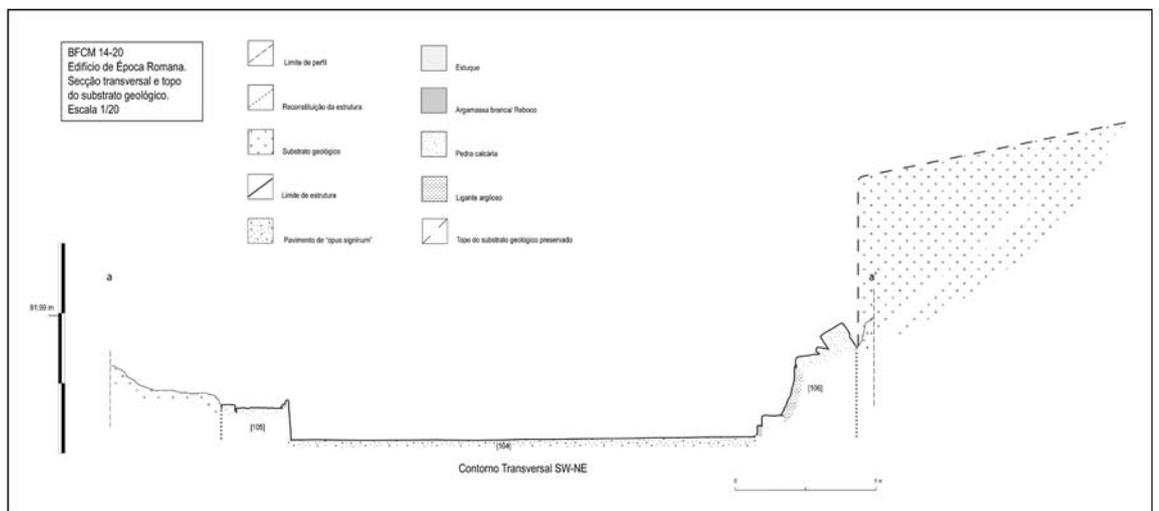


Figura 14
Corte norte-sul edifício romano republicano.



Figura 15
Fotografia da área
intervencionada em
2003/2004, sendo
visível em corte
a abundância de
material fragmentado.

As paredes são construídas em fiadas regulares de elementos pétreos calcários e de arenito toscamente aparelhados ligados por argila. Tendo em conta a existência de derrubes pétreos, a altura do nível geológico a norte, e a inexistência de vestígios de adobe parecem-nos plausível que estas paredes seriam totalmente erguidas em pedra. A face interna das mesmas encontra-se rebocada com argamassa de cal e estucadas (com utilização da técnica de “encasque” com fragmentos de ânforas). Um dos elementos mais reveladores foi a deteção de que este compartimento apresenta um pavimento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum*.

Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica.

Para o período que nos reportamos esta técnica tanto quanto sabemos, não se encontra até ao momento atestada no território português. Contudo, em contextos mais meridionais onde a presença romana se fez sentir desde cedo, a utilização de pavimentos em *opus signinum* encontra-se atestada desde o século II a.C. Um dos melhores exemplos são as termas da antiga Colonia Romana de *Valentia*, detetadas na escavação de L’Almoína (Ribera I Lacomba, 1998).

Exemplos de edificações coetâneas e com técnicas de construção similares encontram-se atestados na península Ibérica em áreas fortemente romanizadas, tais como Córdoba – em pavimentos de edifícios habitacionais (Murillo Redondo; Jiménez Salvador, 2002); Cabrera de Mar, possivelmente a antiga cidade romana de Iluro, num edifício termal em excepcional estado de conservação (Martín Menéndez; García Roselló, 2002); no Vale do Ebro, na antiga cidade romana de Gracurris (Alfaro), em pavimentos de edifícios habitacionais (Hernández Vera, 2002); na Colónia Celsa em habitações, assim como na cidade romana de La Caridad – Teruel (Vicente et al., 1991).



Figura 16
Fotografia da área
intervencionada em
2003/2004, sendo
visível em corte o nível
de colapso da parede.

Ao nível das soluções de cobertura para este edificado, não dispomos de grandes informações. Os contextos intervencionados permitiram recolher apenas dois fragmentos de tégulas. A sua presença, apesar de ser particularmente relevante face à sua cronologia e ao ineditismo para fases tão precoces da presença romana, não autoriza uma interpretação de ter sido esta a solução. É plausível que tivéssemos um telhado misto de materiais perecíveis com alguma tégula nas extremidades.

2. Leitura estratigráfica do seu abandono

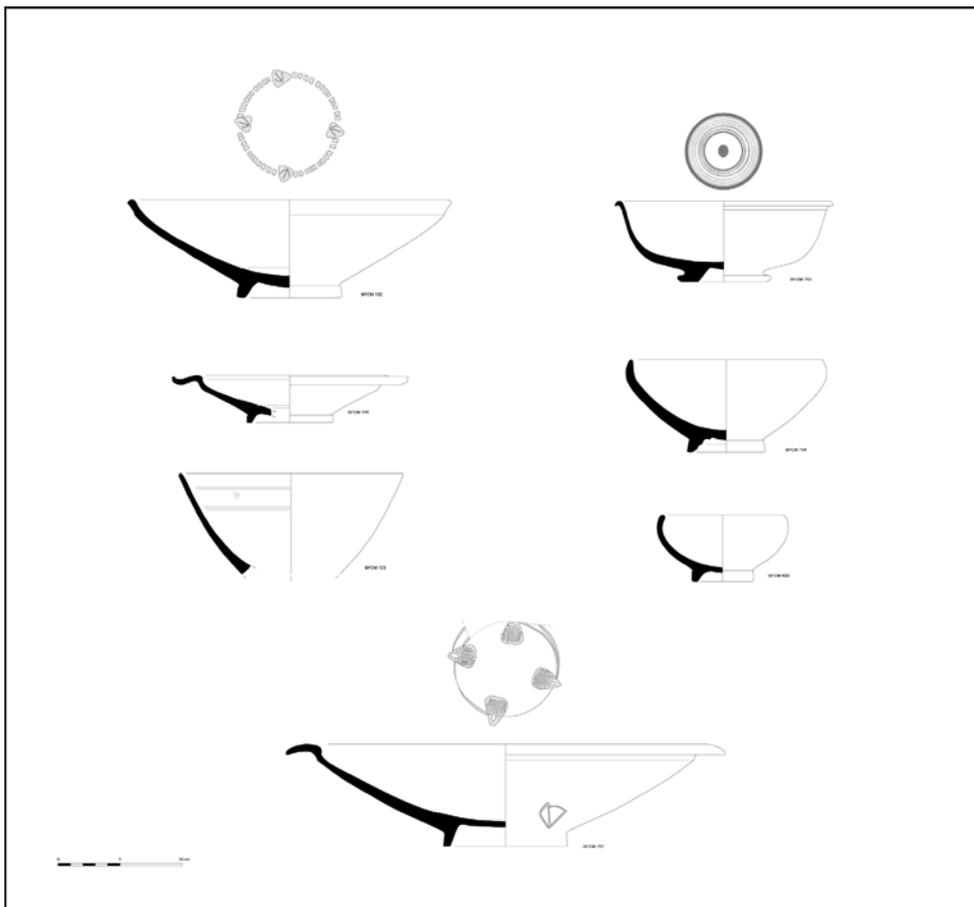


Figura 17
Cerâmica de verniz negro da península itálica. Campaniense A: BFCM 102 – Lamb. 27; BFCM 105 – Lamb. 6; BFCM 123 – Lamb. 31 com pintura a branco; BFCM 757 – Lamb. 36; BFCM 754 – Lamb. 25; BFCM 600 – Lamb. 24. Campaniense B Etrusca: BFCM 753 – Lamb. 8a.

norte de África, do mundo Ibérico e do círculo do estreito de Gibraltar que permitem aferir uma cronologia relativa segura que remete para os meados da segunda metade do século II a.C.

Não é aqui o espaço para apresentar detalhadamente o volumoso contexto que foi exumado, e que se encontra em fase de tratamento por uma equipa mais alargada, para publicação de maior fôlego. Importa reter porém em linhas gerais o fácies de importação atestado. A nível das cerâmicas finas, identificou-se um significativo conjunto de cerâmicas de verniz negro de produção da península Itálica. Entre estas existe um claro predomínio da cerâmica campaniense A de produção na área do golfo de Nápoles, com associações formais que remetem para a Fase Clássica-média com balizas cronológicas centradas entre 180-100 a.C. (Principal Ponce e Ribera I Lacomba, 2013). Encontram-se igualmente representadas cerâmica Campaniense B de Cales, e a Campaniense B Etrusca, nomeadamente a taça Lamboglia 8ª/F2566 (ver figura 17).

Os contextos preservados, diretamente associados a este edifício, correspondem ao seu abandono/destruição. A análise cuidada destas unidades estratigráficas permitem verificar, do ponto de vista tafonómico, um abandono deliberado desta área plasmado no colapso das suas paredes, assim como num nível de descarte de material essencialmente cerâmico fragmentado em conexão.

A análise do registo arqueológico é interessante. Apesar de verificar-se nestes contextos uma enorme riqueza de materiais cerâmicos, muito deles quebrados deliberadamente, não se recolheu por qualquer das equipas que intervirão neste espaço qualquer elemento metálico. Este momento encontra-se bem definido do ponto de vista da cronologia, tendo sido possível registar um contexto rico em importações cerâmicas da península itálica, do

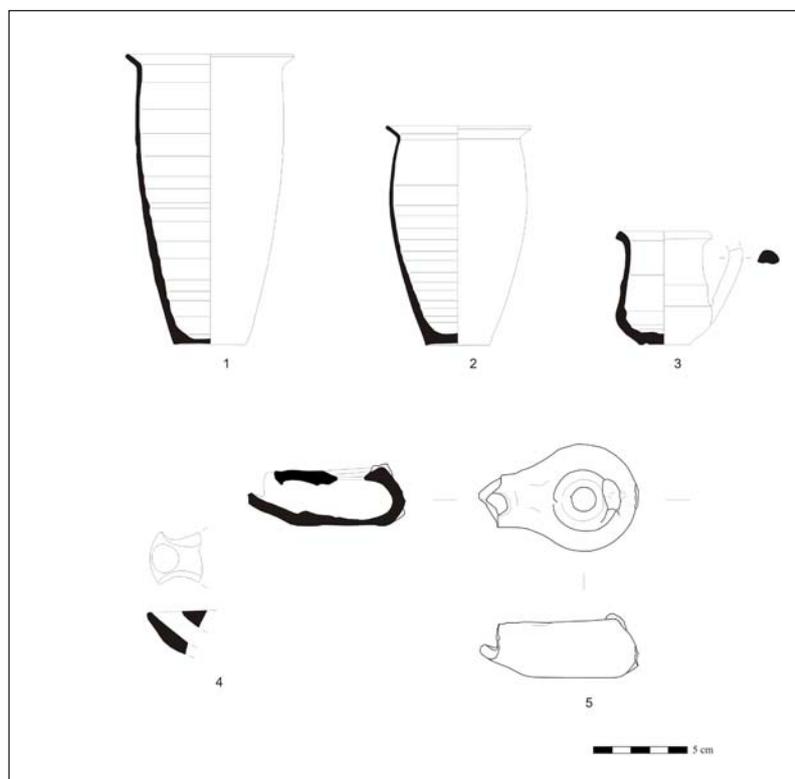


Figura 18
N.º 1 e 2 Forma II de Mayet de Cerâmica de paredes finas da península itálica. N.º 3 Jarrinho de Cerâmica Cinzenta Emporitana. N.º 4 Lucerna da Forma Dressel 1 em Campaniense A.

de tradição da Idade do Ferro, nomeadamente dois jarros completos em cerâmica cinzenta com decoração brunida (figura 21, 27 e 28), registou-se um significativo conjunto de cerâmicas comuns produzidas na península itálica, com as típicas pastas da região da Campânia. Entre estas destaca-se a forma Comum Itálica *Patina* Lt 6 C e C E e a *Couvercle* 7 A. (ver figura 20) (Bats, 1993).

A cerâmica Ibérica encontra-se documentada nestes níveis. A forma mais representada é o *kalathos*, estando igualmente presentes as grandes *Tinajas* de lábio moldurado (ver figura 19). Encontram-se igualmente atestadas as importações de cerâmica cinzenta, de possível produção da cidade de Ampúrias, representadas por um *Guttus*, (ver figura 18, n.º 3), da forma D-I da tipologia da cerâmica cinzenta Ampúritana, com cronologias do século II-I a.C. (Barberà I Farràs et al., 1993). Sublinhe-se que estes vasos estão presentes nos níveis de fundação de Valência (Ribera I Lacomba, 1998)

A importação de produtos alimentares em ânforas encontra-se particularmente bem representada, atestando um fácies de importação similar ao já detetado para a primeira fase da presença romana em Olisipo (Pimenta, 2005). Os contentores vinícolas da península Itálica dominam de forma clara, em particular os produtos da área da costa Tirrénica, ânforas Greco-Itálicas tardias ou de transição e ânforas Dressel 1. Surgem igualmente, ainda que em menor número ânforas da costa Adriática, Greco-Itálicas tardias e ânforas de Brindisi (ver figura 22, n.º 1 a 5).

Paralelamente aos produtos Itálicos assiste-se a uma estreita conexão com o mundo da área púnica do sul peninsular, em particular a baía Gaditana e a área Líbio-Tunisina.

Os preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar estão bem representados, sendo transportados nas ânforas do Tipo 9.1.1.1. (CCNN), alguns escassos fragmentos de T. 7.4.3.3. (Manã C2b) de Ramon Torres (1995) e um bocal de uma ânfora que tem vindo a ser denominada como Castro Marim 1 (Arruda, et al., 2006) (ver figura 23, n.º 1).

A importação de azeite da área Líbio-Tunisina está documentada pela presença de nume-

A par destas encontram-se bem representados neste compartimento os delicados copos de paredes finas de produção Itálica, das formas I e II de Mayet (ver figura 18, n.º 1 e 2), identificando-se duas séries distintas a nível da sua altura (López Mullor, 2013).

A prática de iluminação encontra-se bem atestada neste edifício, tendo-se recolhido três lucernas. Estão atestados dois exemplares de tradição helenística, da forma Ricci B, e um invulgar exemplar já de influência itálica da forma Dressel 1, revestido com verniz negro de produção napolitana ou Campaniense A (ver figura 18, n.º 4).

Entre a cerâmica comum, detetou-se um registo particularmente interessante e significativo a nível da interpretação dos utilizadores deste edifício. Ainda que se encontrem atestadas algumas cerâmicas

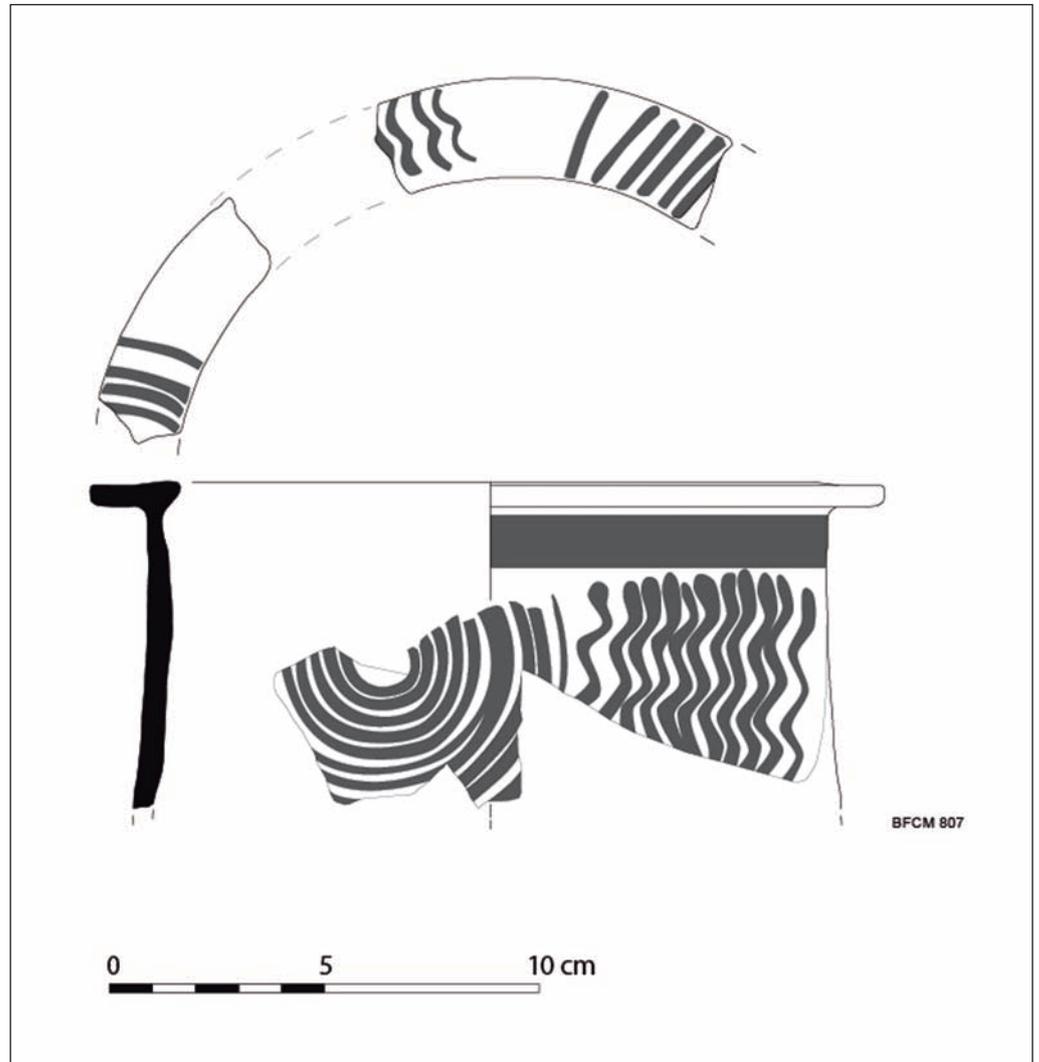


Figura 19
Kalathos de provável
produção Ibérica
pintado a vermelho.

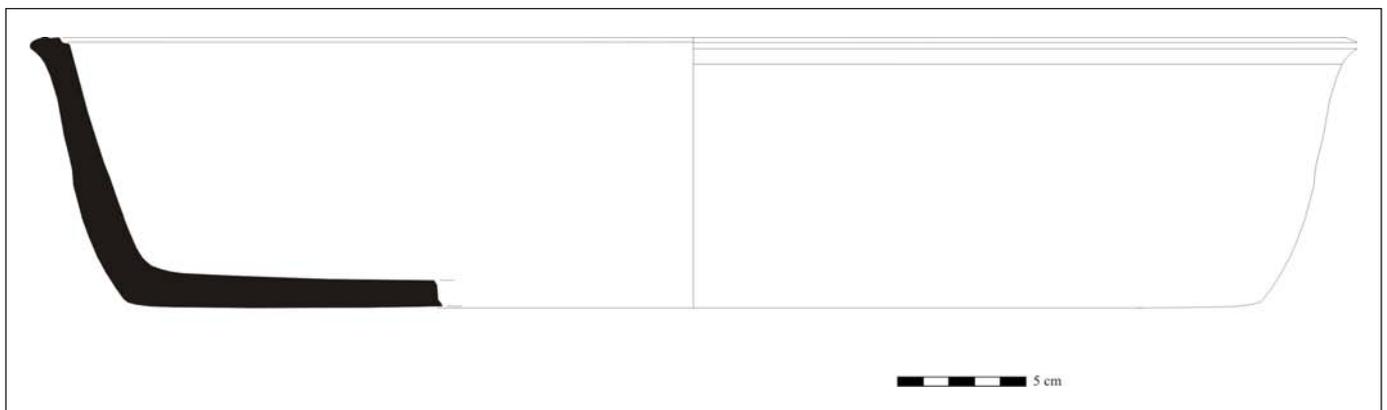


Figura 20
Cerâmica Comum
Itálica da forma *Patina*
Lt 6 C

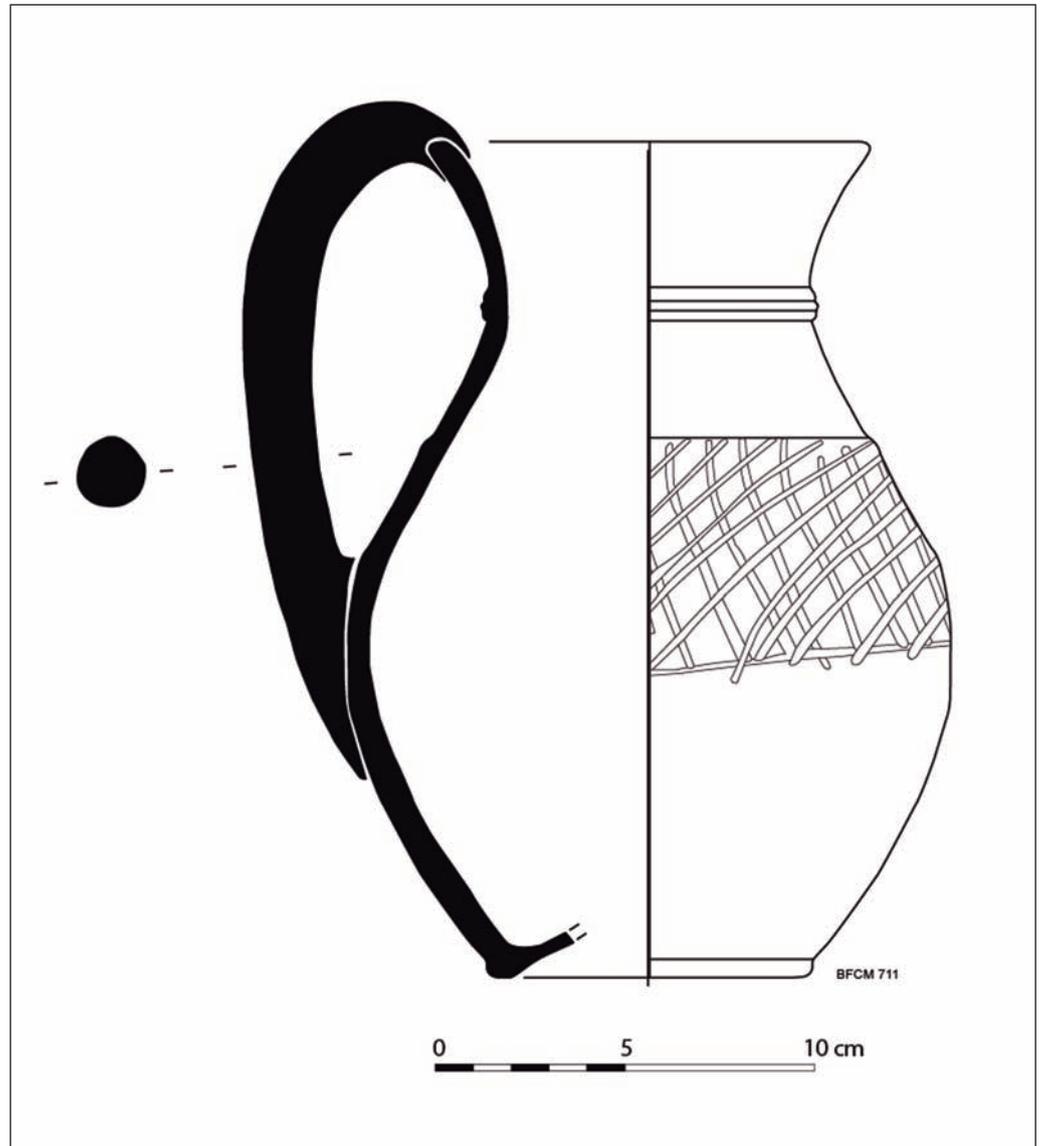


Figura 21
Jarro em cerâmica
cinzenta com
decoreção brunida.

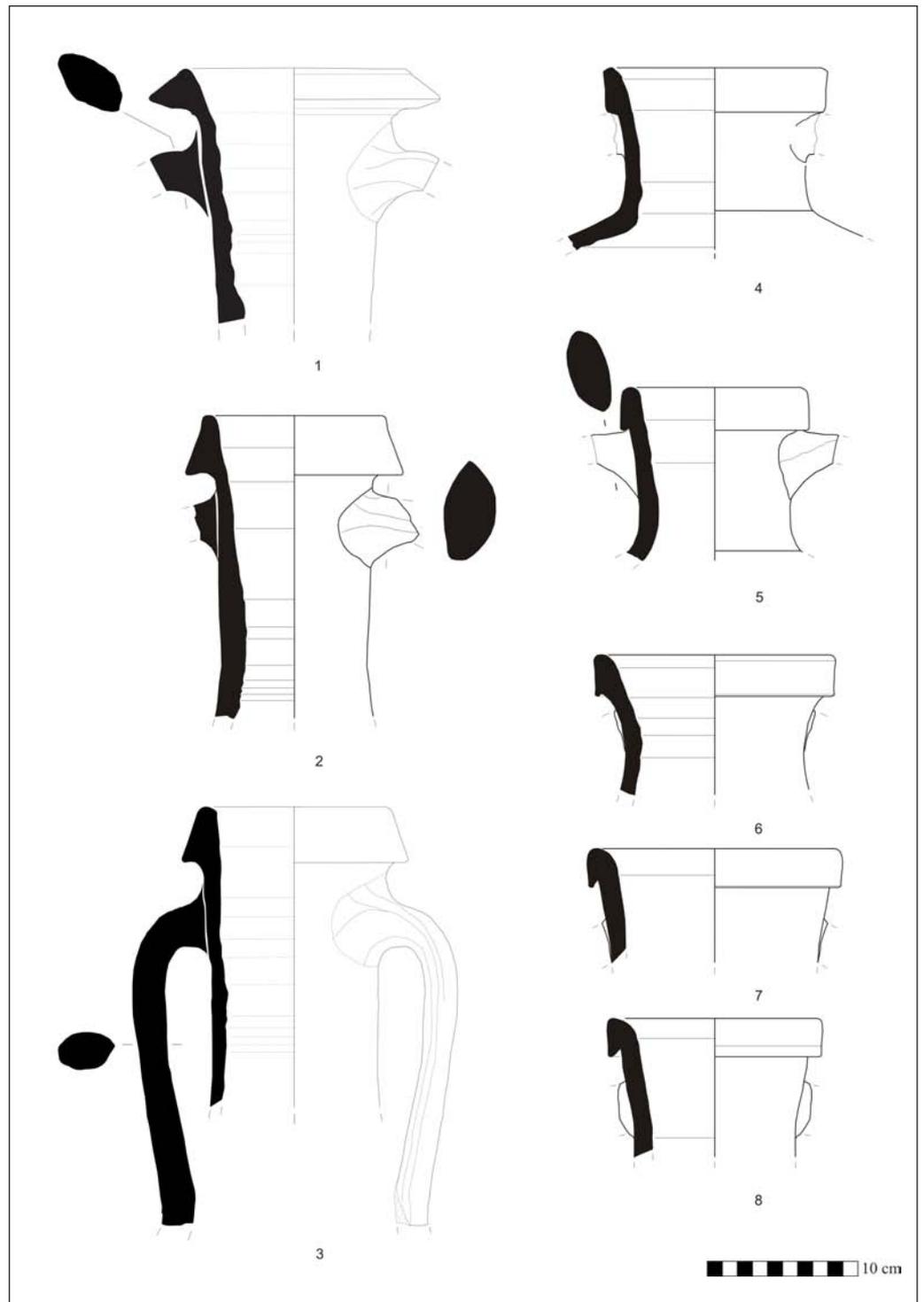


Figura 22
 N.º 1 – Ânfora Greco-Itálica; N.º 2 e 3 – Ânfora Dressel 1; N.º 4 e 5 – Ânfora de Brindisi; N.º 6 a 8 – Ânfora Tripolitana Antiga.

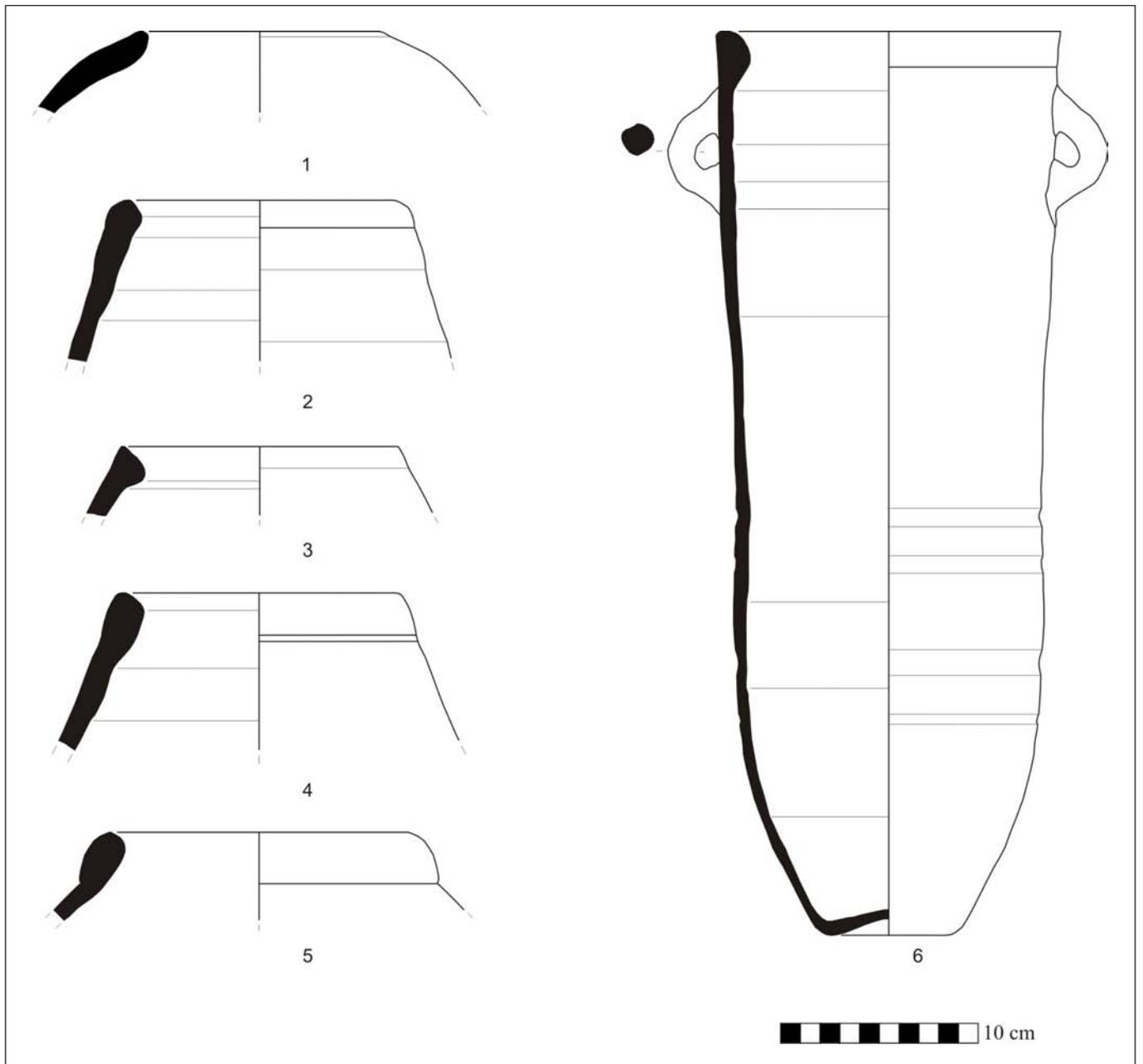


Figura 23

N.º 1 Ânfora tipo
Castro Marim 1, N.º 2
a 4 - Tipo 7 Estuário
do Tejo; N.º 5 – Tipo 6
Estuário do Tejo; N.º
6 – Tipo Tipo 9.1.1.1.
(CCNN).

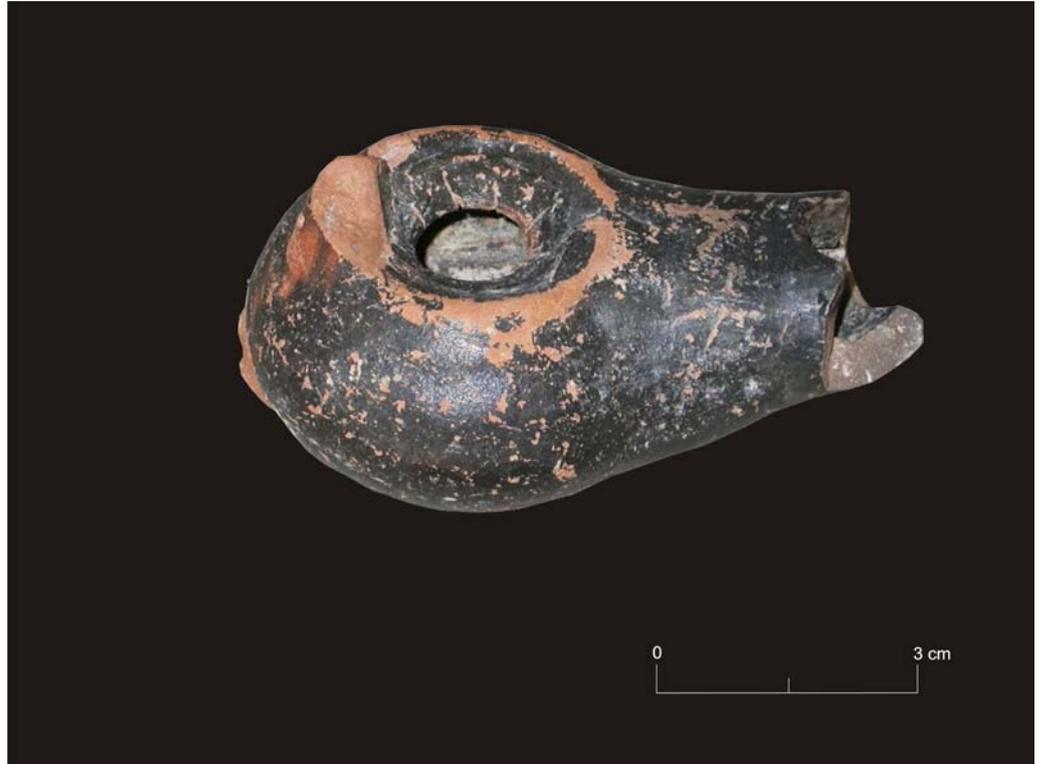


Figura 24
Lucerna da Forma
Dressel 1, revestido
com verniz negro de
produção napolitana
ou Campaniense A.



Figura 25
Copo em paredes
finas de produção
Itálica da forma Mayet
II.

Figura 26
Cerâmica
Campaniense A, da
forma Lamb. 31, com
pintura a branco
denotando motivos
florais.

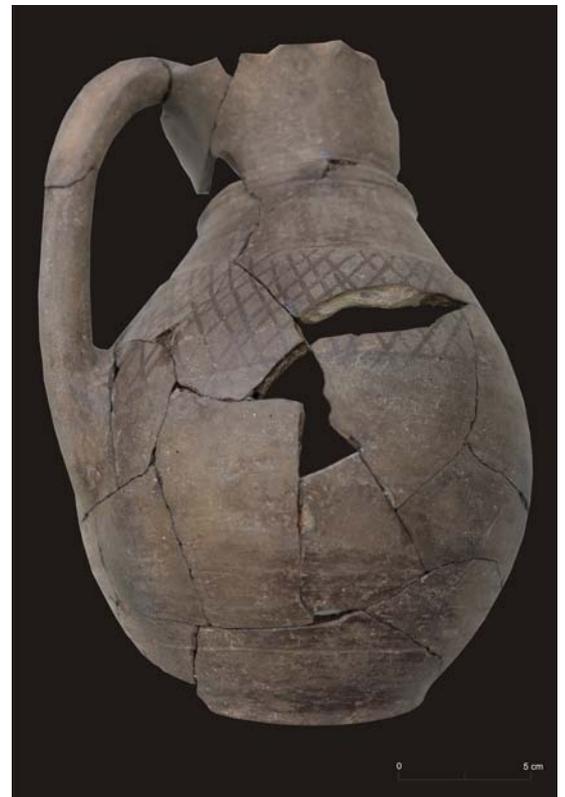
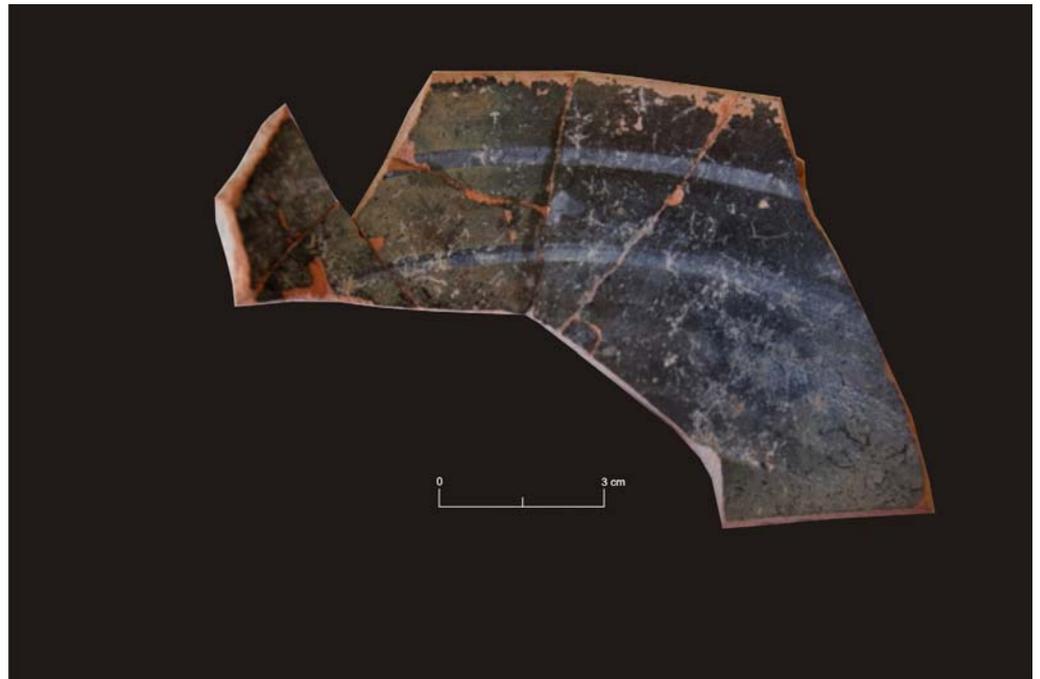


Figura 27 e 28
Jarros em cerâmica
cinzenta com
decoreção brunida.

Figura 29
Cerâmica
Campaniense A,
da forma Lamb.
36, com decoração
estampilhada sobre o
fundo.



Figura 30
Cerâmica
Campaniense A,
da forma Lamb. 24.



Figura 31
Cerâmica
Campaniense A, da
forma Lamb. 25.



Figura 32
Cerâmica
Campaniense B
Etrusca, da forma
Lamb. 8a.



rosas ânforas oleícolas, denominadas Tripolitanas antigas (ver figura 22, n.º 6 a 8).

Paralelamente a estas importações atesta-se a presença de diversos modelos anfóricos de produção regional, possivelmente do Vale do Tejo (ver figura 23, n.º 2 a 5), dos tipos 5, 6 e 7 da recente proposta tipológica para as produções de ânforas do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014).

Tendo em conta a análise das associações de materiais cerâmicos afigura-se plausível uma cronologia relativa de abandono deste compartimento em meados do terceiro quarto do século II a.C. (150-125 a.C.), mais precisamente entre 140-130 a.C. Esta datação tem em conta a homogeneidade das diversas importações identificadas e a sua comparação com os resultados aferidos em contextos similares em estações com cronologias bem definidas (Pimenta, 2005, 2007).

3. Considerações Finais

Tendo em conta os dados disponíveis, a interpretação da funcionalidade deste edifício não é de todo clara. Em primeiro plano pela escassez de dados publicados, relativos ao urbanismo do povoado de Olisipo para épocas tão pretéritas e em segundo pelo facto de se tratar, numa primeira análise, de um compartimento isolado. A escavação da área envolvente encontrava-se profundamente afetada pelas construções medievais, tendo-se apenas logrado identificar um alinhamento consistente com este compartimento, resumindo-se porém já ao seu negativo na rocha de base. Todos os elementos pétreos tinham já sido removidos, restando apenas uma vala de pedra datada pelos materiais cerâmicos como de cronologia islâmica (figura 8).

Contudo, tendo presente uma análise cuidada da paleotopografia e o alinhamento acima referido, poderemos supor e mesmo vislumbrar, uma edificação mais complexa de matriz ortogonal, com diversos compartimentos a funcionar em patamar a uma cota altimétrica mais elevada e que foram subtraídos por ação humana mais recente (figura 14).

A análise paleotopográfica permite verificar que o compartimento em análise se encontrava “encaixado” em profundidade no substrato, pelo menos parcialmente. A Norte, verificamos pelas cotas que, qualquer compartimento que aqui funcionasse, se erguia a mais de dois metros da cota do pavimento de *Opus Signinum*. A Sul, tendo em conta a existência de contextos e estruturas preservados da Idade do Ferro, pelo menos a mais de 0,80 cm. A Este, os níveis geológicos preservados erguem-se a mais de 1 metro de altura. De momento apenas não dispomos de informação para o lado Oeste, que se encontra fora da área intervencionada.

Teríamos assim uma adequação do desenho urbano à encosta do morro do Castelo, com uma implantação de um edifício mais complexo em patamares, no qual se englobava este curioso compartimento. Apesar desta adequação, pelo menos aparente, temos vestígios de que para a sua edificação se cortou o urbanismo indígena pré-existente, assim como de relevantes trabalhos de escavação do substrato geológico.

Qual a funcionalidade deste compartimento? Como referimos, não é de todo claro. Contudo, pelas suas características específicas, e face aos paralelos existentes na bibliografia da especialidade, poderá ter tido uma função hidráulica, enquanto equipamento termal, ou mesmo cisterna. Porém, não é de excluir a utilização do espaço como local de armazenamento.

Em relação à cronologia de construção deste edifício, os dados de momento são escassos, resumindo-se à análise das suas técnicas de construção e a constatação da reutilização de fragmentos de ânfora de produção itálica na edificação das próprias estruturas, o que remete para meados do século II a.C.

Os vestígios contextuais e estruturais identificados na escavação do edifício Lote 40 do Beco do Forno do Castelo vêm reforçar e matizar os dados disponíveis para o estudo dos primeiros contactos com o mundo Itálico na foz do Tejo. Estes vestígios constituem, a par de outros contextos já identificados em Lisboa, um contributo significativo para o discurso da presença romana em época republicana no sítio de *Olisipo* e, neste caso, concretamente no topo da colina do castelo.

O estudo deste edifício e a análise do seu abandono/destruição coloca algumas questões que nos parecem pertinentes debater e que esperamos poder abordar com a continuação dos estudos em torno desta intervenção.

Uma dessas questões é a causa do abandono do edifício numa fase tão precoce que, face ao estudo dos materiais, terá sido abandonado ainda em meados do terceiro quartel do século II a.C. (150-125 a.C.).

Poderemos estar perante uma destruição deliberada de um edifício construído por Romanos e para ser utilizado por Romanos? Este episódio traduz o fim da presença militar em *Olisipo* correlacionada com o desfecho da campanha militar de *Decimus Iunius Brutus Calpurnicus*? Ainda que temerária tal proposta tem que ser equacionada à luz das fontes e dos presentes dados. Não podemos deixar de sublinhar, que os dados do Castelo de São Jorge são elucidativos em relação ao abandono desta área da cidade em finais do século II a.C. e ao súbito declínio das importações (Pimenta, 2005).

BIBLIOGRAFIA:

- ARRUDA, A. M., VIEGAS, C. e BARGÃO, P., PEREIRA, R. (2006)** – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do Simpósio internacional de Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 153-176.
- BARBERÀ I FARRÀS, J.; NOLLA I BRUFAU, J. M.; MATA I ENRICH, E. (1993)** – *La ceràmica Grisa Emporitana. Cuadernos de Arqueologia*. N.º 6. Barcelona. Edicions Servei del Llibre L'Estaquiro.
- BATS, M. (1993)** – *Céramique commune italique*. In *Dictionnaire des céramiques antiques (VIIe s. de n.è.) en Méditerranée nord-occidentale*, Lattara. 6, p. 357-362.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1991)** – La Colonia Celsa. In *La Casa Hispanoromana*. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988. Institución Fernando El Católico. Zaragoza, p. 131-164.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2004)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. ; RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** - Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania. *Grandes Temas Arqueológicos*. 3. Ajuntament de Valencia.
- HERNÁNDEZ VERA, J. (2002)** – La Fundación de Graccurreis. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 173-182.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1994)** - *Hispania Poena. Los fenícios en la Hispania Romana*. Barcelona. Crítica / Arqueologia.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013)** – Las Cerámicas de Paredes Finas del final de la república Romana y el período Augusto-Tiberiano. In *Manual de ceràmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 149-190.
- MARTÍN MENÉNDEZ, A.; GERCÍA ROSELLO, J. (2002)** – La Romanización en el territorio de los Layetanos y la fundación de la ciudad Romana de Iluro (HispaniaTarraconensis) In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 195-204.
- MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.
- MURILLO REDONDO, J. F.; JIMÉNEZ SALVADOR, J. L. (2002)** – Nuevas evidencias sobre la fundación de Corduba y su primera imagen urbana. In *Valencia y las primeras ciudades Romanas de Hispania*. *Grandes temas Arqueológicos*. N.º 3. Ajuntament de Valencia, p. 183-193.
- PIMENTA, J. (2005)** - *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 41.
- PIMENTA, J. (2007)** – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE*. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz, p. 221-233.
- PIMENTA, J. (2013)** – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.
- PRINCIPAL, J.; RIBERA I LACOMBA, A. (2013)** – El material más apreciado por los arqueólogos La Cerámica fina La cerámica de barniz negro. In *Manual de ceràmica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Coord. Albert Ribera I Lacomba. Museu Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Madrid, p. 41-146.
- RIBERA I LACOMBA, A. (1998)** – *La fundació de Valencia. La ciutat a l'època romanarepublicana (Segles II-I a. De C.)*. Estudios Universitarios. 71. Valencia.
- RIBERA I LACOMBA, A. (2009)** – La fundación de *Valentia*: un apéndice de Italia y Campania en la Hispania del siglo II a.C. In *OEALUS Studi sulla Campania nell' Antichità*. 4. Scienze e Lettere Roma. Napoli, p. 46-77.

RIBERA I LACOMBA, A.; JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. (2012) – *VALENTIA*, Ciudad Romana: su evidencia Arqueológica. In *HISPANIAEVRBES Investigaciones Arqueológicas en Ciudades Históricas*. José Beltrán Fortes e Oliva Rodríguez Gutiérrez (Coordinadores Científicos). Universidad de Sevilla.

SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – *A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro*. In Atas II Congresso Internacional da SECAH – *Ex Officina Hispana*. As produções cerâmicas de imitação na Hispana. Realizado de 3 a 6 de Abril – Museu de arqueologia D. Diogo de Sousa – Braga.

VICENTE, J.; PUNTER, P.; ESCRICHE, C.; HERCE, A. I. (1991) – La Caridad (Caminreal) Teruel. In *La Casa Hispanoromana*. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988. Institución Fernando El Católico. Zaragoza, p. 81-130.

NOTAS

- ¹ Museu Municipal Vila Franca de Xira/UNIARQ
- ² DGPC
- ³ DGPC
- ⁴ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL-DPC-CML)
- ⁵ Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL-DPC-CML).